



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Dispensa Eletrônica**

**Processo Administrativo n.º 23082.016463/2021-69**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Aquisição de reagentes para realização de exames processados nos laboratórios do Hospital Veterinário do Departamento de Medicina Veterinária - DMV da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
1	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6, Método: cinético uv, Tipo de análise: quantitativo de uréia, Tipo: conjunto completo para automação, Apresentação: teste. <b>Descrição complementar:</b> Uréia uv, <b>marca: BIOCLIN.</b> Apresentação: frasco de 200 ml (+/- 666 Testes/KIT)	334466	Unidade	2	136,40	272,80
2	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5, Método: cinético colorimétrico de ponto final, Tipo de Análise: quantitativo de creatinina, Tipo: conjunto completo para automação, Apresentação: teste. <b>Descrição complementar:</b> Creatinina cinética, <b>marca: BIOCLIN.</b> Apresentação: frasco de 300 ml (+/-	333335	Unidade	1	59,60	59,60

	1000 Testes/KIT)					
3	Reagente Para Diagnóstico Clínico 7, Método: colorimétrico de ponto final, Tipo de Análise: quantitativo de proteínas totais, Tipo: conjunto completo para automação, Apresentação: teste. <b>Descrição complementar:</b> Proteínas totais, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 250 ml (+/- 833 Testes/KIT)	350233	Unidade	1	41,20	41,20
4	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5, Método: colorimétrico de ponto final, Tipo de Análise: quantitativo de albumina, Tipo: conjunto completo para automação, Apresentação: teste. <b>Descrição complementar:</b> Albumina Monoreagente, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 250 ml (+/- 833 Testes/KIT)	331742	Unidade	1	41,12	41,12
5	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6, Método: colorimétrico/vermelho de pirogalol, Tipo de Análise: quantitativo de proteínas no líquido e urina, Tipo: conjunto completo, Apresentação: teste. <b>Descrição complementar:</b> Bioprotu/LCR, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 25 ml (+/- 83 Testes/KIT)	471865	Unidade	2	43,50	87,00
6	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5, Método: cinético fotométrico, Tipo de Análise: quantitativo de fosfatase alcalina, Tipo: conjunto completo para automação, Apresentação: teste. <b>Descrição complementar:</b> Fosfatase	333482	Unidade	3	85,75	257,25

	Alcalina IFC, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 100 ml (+/- 333 Testes/KIT)					
7	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5, Método: cinético colorimétrico de ponto final, Tipo de Análise: quantitativo de alt/tgp, Tipo: conjunto completo, Apresentação: teste. <b>Descrição Complementar:</b> alt/tgp Cinética, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 100 ml (+/- 333 Testes/KIT)	452730	Unidade	3	85,70	257,10
8	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5, Método: colorimétrico de ponto final, Tipo de Análise: quantitativo de triglicerídeos, Tipo: conjunto completo, Apresentação: teste. <b>Descrição complementar:</b> Triglicerídeos Monoreagente, <b>marca: BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 200 ml (+/- 666 Testes/KIT)	412263	Unidade	1	207,10	207,10
9	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5, Método: enzimático colorimétrico de ponto final, Tipo De Análise: quantitativo de colesterol total, Tipo: conjunto completo, Apresentação: teste. <b>Descrição Complementar:</b> Colesterolmonoreagente, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 200 ml (+/- 666 Testes/KIT)	412262	Unidade	1	88,30	88,30
10	Reagente Para Diagnóstico Clínico 2, Método: colorimétrico de ponto final, Tipo de Análise: quantitativo bilirrubina direta e total, Tipo: conjunto completo, Apresentação: teste.	438097	Unidade	2	94,50	189,00

	<b>Descrição Complementar:</b> Bilirrubina total, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 50 ml (+/- 166 Testes/KIT)					
11	Reagente Para Diagnóstico Clínico 2, Método: colorimétrico de ponto final, Tipo de Análise: quantitativo bilirrubina direta e total, Tipo: conjunto completo, Apresentação: teste. <b>Descrição Complementar:</b> Bilirrubina direta, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 50 ml (+/- 166 Testes/KIT)	438097	Unidade	2	94,50	189,00
12	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5, Método: colorimétrico de ponto final, Tipo de Análise: quantitativo de cálcio, Tipo: conjunto completo para automação, Apresentação: teste. <b>Descrição Complementar:</b> Calcio arsenazo III, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 100 ml (+/- 333 Testes/KIT)	331741	Unidade	1	73,30	73,30
13	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5, Método: colorimétrico de ponto final, Tipo de Análise: quantitativo de magnésio, Tipo: conjunto completo para automação, Apresentação: teste. <b>Descrição Complementar:</b> Magnésio monoreagente, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 200 ml (+/- 666 Testes/KIT)	331738	Unidade	1	126,80	126,80
14	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5, Método: cinético colorimétrico de ponto final, Tipo de Análise: quantitativo de gama glutamil transferase, Tipo: conjunto	365460	Unidade	2	104,30	208,60

	completo para, automação, Apresentação: teste. <b>Descrição Complementar:</b> Gama gt cinético, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 60 ml (+/- 200 Testes/KIT)					
15	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5, Método: cinético colorimétrico de ponto final, Tipo de Análise: quantitativo de ast/tgo, Tipo: conjunto completo para automação, Apresentação: teste. <b>Descrição Complementar:</b> Transaminase AST-TGO, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 100 ml (+/- 333 Testes/KIT)	331746	Unidade	2	86,05	172,10
16	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5, Método: cinético uv, Tipo de Análise: quantitativo de fósforo, Tipo: conjunto completo para automação, Apresentação: teste. <b>Descrição Complementar:</b> Fósforo uv, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 100 ml (+/- 333 Testes/KIT)	376815	Unidade	1	65,56	65,56
17	Reagente Para Diagnóstico Clínico 7, Componentes Adicionais: solução de limpeza, Características Adicionais: para analisador de bioquímica. <b>Descrição Complementar:</b> Solução de limpeza para equipamento automático I006, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 200 ml	407149	Unidade	2	262,50	525,00
18	Reagente Para Diagnóstico Clínico 3, Característica Adicional: mínimo de 25 analitos, Tipo de Análise: calibrador multiparamétrico, Tipo: para	357954	Unidade	3	109,30	327,90

	automação em bioquímica, Apresentação: liofilizado. <b>Descrição Complementar:</b> Calibrador – biocal, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 5 ml					
19	Reagente Para Diagnóstico Clínico 6, Tipo: soro controle normal, Características, Adicionais: para calibração. <b>Descrição Complementar:</b> Controle – biocontrol N, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 5 ml	444601	Unidade	5	87,00	435,00
20	Reagente Para Diagnóstico Clínico 7, Componentes Adicionais: solução de limpeza, Características Adicionais: para analisador de bioquímica. <b>Descrição Complementar:</b> Solução de limpeza de células L005, <b>marca BIOCLIN</b> . Apresentação: frasco de 1.000 ml	407149	Unidade	2	378,20	756,40

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O Desde o dia primeiro de dezembro, o HOVET-DMV retomou suas atividades presenciais, após um rigoroso estudo para estabelecer as medidas de controle de propagação do novo coronavírus, obedecendo diretrizes estabelecidas por órgãos como a Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), Ministério da Saúde (MS), Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Leis e Decretos Federais, Estaduais e Municipais, além de normas divulgadas pela UFRPE.
- 2.2. HOVET-DMV vem prestando a comunidade os serviços de atendimento clínico, cirúrgico, reprodutivo e especialidades (dermatologia, oncologia, nefrologia, oftalmologia), além de exames laboratoriais (patologia clínica, bacteriose, parasitária, virose), diagnóstico por imagem, necropsia, exames de citologia e histologia para grandes e pequenos animais.
- 2.3. A presente aquisição é de suma importância pois visa atender a demanda do HOVET-DMV que tem por objetivo o ensino, a pesquisa e extensão com a presença do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde – Medicina Veterinária.
- 2.4. Justifica-se a exigência dos itens 1 a 20 serem impreterivelmente da marca BIOCLIN, tendo em vista que o equipamento (Analisador Bioquímico Automático, marca BIOCLIN) do Hospital Veterinário só processa amostras com os reagentes da referida marca, conforme informação no Ofício N° 13/2021 – HOVET/DMV/UFRPE (doc 01).

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Os bens a serem adquiridos através deste certame são considerados bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por este termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado nos termos do inciso XII, Art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

### **4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

4.1. O prazo de entrega do bem é de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos - CEP: 52171-900 – Recife/PE – Hospital Veterinário da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Horário de atendimento: das 8 h às 12 h, de segunda a sexta feira.

4.2. Qualquer prorrogação de prazo deverá ser solicitada por escrito e com exposição de motivos ao Fiscal do Contrato, a quem incumbirá emitir parecer e encaminhar, posteriormente, à Direção Geral e/ou Direção Administrativa da Contratante, para decisão final.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal,

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste instrumento, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, a regularidade fiscal e trabalhista federal;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto previsto neste instrumento.

## **8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos



funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10. DO PAGAMENTO**

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Anexo 1 – Documentação Exigida para Habilitação do Aviso de Dispensa Eletrônica.
  - 10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por se tratar de bem de pequeno valor.

## **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12;

- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

13.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

#### **14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

14.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 4.380,13 (quatro mil, trezentos e oitenta reais e treze centavos).

Recife, 21 de outubro de 2021.

(Assinado digitalmente no Sipac)  
FÁBIO ALBERTO SOARES XAVIER  
Coordenador de Licitações  
Matrícula SIAPE 2124786

Aprovo o presente Termo de Referência.

Recife, 21 de outubro de 2021.

(Assinado digitalmente no Sipac)  
MOZART ALEXANDRE MELO DE OLIVEIRA  
Pró-Reitor de Administração